



PICHADO

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 21, de 1951.

EMENTA: Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

DISTRIBUIÇÃO

Lido no exp. de 19.1.51. Em pauta 25 e 26

As Com. de Const. e Justiça e de Finanças, em 29.1.51

Do Senado Aloysio de Barreto em 29.3.51. - Desembargo

Desembargo e parecer em 18.5.51 -

com parecer da Justiça, vai à Finanças em 25.5.51

Dr. sr. sr. Alípio Aguiar

28.5.51

Cf parecer de Finanças, 5.6.51.

ANDAMENTO

Pareceres ns. 398 e 399 lidos em 5.6.51

Decretado no Gab. da Presidência em 13.6.51. Va. lido em Ordem do Dia

Em 15.6.51 é aprovado sem debate

No Expediente para enviar a sanção = 19/6/51

A Vice-Diretoria Administrativa, com

o Expediente, em 20 de 6 1951 = F. Benício, chefe da legat.

Recebido no Gab. do Sr. Presidente com

autógrafos, em 20.6.51 às 12 horas

devolvido em 21.6.51 às 13 horas

A. Saucedo, com a Mesaxafem no 92, de 26/6/51

sucessor em 3/7/51

Do Arquivo, em 25/7/51



JAN 19 1951

*Projeto de Lei da
Câmara n.º 21 de 1951*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1951.

Nº 71

Encaminha autógrafo
do Projeto de Lei nº
562-C, de 1950.

*As Comissões de Constitui-
ção e Justiça e de Fi-
nanças.*

Em 29.1.51

Melo Vianna

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência o incluso
autógrafo do Projeto de Lei nº562-C, de 1950, que inclui entre as contra-
venções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de
côr.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelên-
cia os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Anexos:

Avulsos do Projeto
562, A, B e C, de 1950.

Munhoz da Rocha

MUNHOZ DA ROCHA

1º Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Senador Georgino Avelino,
Primeiro Secretário do Senado Federal.

/HRP.

curly



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprovado
à sanção

Em 15.6.51

W. Watz

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. Pena:

W. Watz



FORÇA AEREA DO BRASIL

Comando em Chefe

Brasão

Brasão

Art. 1º. O Brasil é uma República, formada por um povo, livre e independente, que se organiza em forma de Estado Democrático de Direito, baseado nos princípios da liberdade, da justiça, da fraternidade e da solidariedade.

Art. 2º. O Brasil é uma República, formada por um povo, livre e independente, que se organiza em forma de Estado Democrático de Direito, baseado nos princípios da liberdade, da justiça, da fraternidade e da solidariedade.

Art. 3º. O Brasil é uma República, formada por um povo, livre e independente, que se organiza em forma de Estado Democrático de Direito, baseado nos princípios da liberdade, da justiça, da fraternidade e da solidariedade.

Art. 4º. O Brasil é uma República, formada por um povo, livre e independente, que se organiza em forma de Estado Democrático de Direito, baseado nos princípios da liberdade, da justiça, da fraternidade e da solidariedade.

curly



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 2 -

prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

S. W. G.

Art. 7º. Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, emprêsa concessionária de serviço público ou emprêsa privada, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$.. 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de emprêsa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e emprêsa concessionária de serviço público.

Art. 8º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 16 DE JANEIRO DE 1951.

João Baptista de Almeida

Almeida

Ruy Vauz

Saul Waga
/HRP.



SENADO FEDERAL

PARECER

N.º 398, de 1951

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- sobre o Projeto de Lei da Câmara n. 21, de 1951, que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

Relator: - Senador Aloysio de Carvalho.

O projeto de lei da Câmara, n. 21, de 1951, inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

Na justificação, subscrita pelos deputados Afonso Ari - nos e Ruy Almeida, asseveram os ilustres parlamentares que " por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe, e com perigosa tendência a se ampliar"; e que, apesar da Constituição Federal vigente declarar que todos são iguais perante a lei (art. 141, § 1º); vedar á União, aos Estados e aos Municípios criarem distinções entre brasileiros (art. 31, n. 1); proibir a propaganda de preconceitos de raça ou de classe (art. 141, § 5º); estabelecer que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros (art. 184), o fato é que de terminadas carreiras civis ou militares e vários setores da administração levantam sérias dificuldades, quando não intransponível impedimento, ao ingresso dos homens de côr.

Pretende, assim, o projeto coibir, nobremente, a expansão de tais sentimentos ou atitudes, que, em realidade contrastam com a nossa tradição democrática e contrariam a larga inspiração igualitária dos princípios constitucionais que nos regem. E a solução que encontra é a de punir, como contravenções, quantos fa -

tos sejam, dessarte, a exteriorisação de prejuizos de raça ou de côr. Estão êles configurados, com a punição correspondente, Nos artigos 2 a 7 do projeto, valendo o artigo 1º, visto que não contém qualquer penalidade, como ~~uma~~ espécie de conceito teórico genérico do que seja contravenção dessa natureza.

Adota o projeto dois tipos de pena, a privativa de liberdade e a pecuniária, aquela representada pela prisão simples, nunca inferior a quinze dias nem superior a um ano, e a pena pecuniária encarnada na multa, nunca menor de quinhentos cruzeiros, nem maior de cinco mil cruzeiros, salvo uma só vez, em que, ultrapassando, de muito, esse limite, atinge a vinte mil cruzeiros. Essa penalidade máxima, desproporcional no conjunto de punições pecuniárias do projeto, é aplicável á contravenção constante de recusa de hospedagem a alguém, em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr.

Alóra aquelas penas, contempla, ainda, o projeto a de perda do cargo, em três hipoteses: a de agente responsável pela recusa de inscrição de aluno em estabelecimento oficial de ensino de qualquer curso ou grau; a de dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação para acesso a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas; e a de responsável pela recusa de emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público. Nas três hipoteses, a pena de perda do cargo exclui qualquer outra punição, sendo que nas duas primeiras hipoteses a cominação depende de inquérito regular.

Ocorrendo reincidência na contravenção, em estabelecimento particular, pode o juiz impôr a este a suspensão de funcionamento por prazo não superior a três meses.

A lei das contravenções penais (decreto-lei n. 3.688, de 2 de outubro de 1941), para cujo catálogo de transgressões entram

agora as novas infrações definidas pelo projeto, consagra, igualmente, como penas principais, a de prisão simples, de duração nunca superior a cinco anos, e a de multa, cuja importância não pode superar cinquenta mil cruzeiros.

O projeto, nos limites máximos já vistos, compatibilisa-se, pois, com o sistema legal de punição das contravenções.

Por sua vez, na lei, a pena privativa da liberdade e a pena pecuniária quasi sempre são alternativas, critério também observado pelo projeto, que apenas duas vezes, salvo engano, cumula a pena de prisão com a de multa. Nem uma vez, também, salvo equívoco, é aplicável uma só das duas penas.

Como se vê, o projeto, pelo sistema punitivo que institui, não abreja dos princípios vigentes, em relação às contravenções penais, antes se harmonisa com a lei que a estas define e pune. Nada há a opôr-lhe, em suma, sob o aspecto constitucional ou jurídico.

Sala Ruy Barbosa, em 23 de maio de 1951.

Levin Azevedo , Presidente
Alcides Carvalho , Relator
Alvaro Oliveira
Antônio Jobim
Jordão de Moraes
Camilo de Sá

LP.

SV

agora as novas interpretações dadas pelo projeto, portanto, igualmente
te, como antes principais, e de caráter técnico, de natureza técnica su-
perior a cinco anos, e de caráter, cuja importância não pode auce-
par cinquenta mil cruzados.

O projeto, nos limites técnicos já vistos, compatibiliza-se
pois, com o sistema legal de punição das contravenções.

Por sua vez, no tal, a pena privativa de liberdade e a pena
pecuniária quando sempre não alternativas, critério também observa-
do pelo projeto, que apenas duas vezes, salvo engano, cumula a pena
de prisão com a de multa. Em uma vez, também, salvo equívoco, é
aplicável uma só das duas penas.

Como se vê, o projeto, pelo sistema punitivo que institui,
não aferra aos princípios vigentes, em relação às contravenções pe-
nais, antes de harmonizar com a lei que a estas define e pune. Na-
da há a opor-lhe, em suma, sob o aspecto constitucional ou jurídi-

co.

Sala Rui Barbosa, em 22 de maio de 1951.

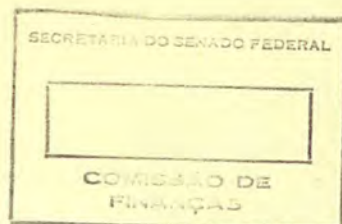
Presidente

Relator

LF.



SENADO FEDERAL



PARECER

N.º 399, de 1951.

DA COMISSÃO DE FINANÇAS, sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 21, de 1951, que inclui entre as contravenções penais a prática de atos reultantes de preconceitos de raça ou de côr.

RELATOR: SENADOR ALBERTO PASQUALINI

O projeto em exâme, nº 21/1951 da Câmara dos Deputados, pretende incluir entre as contravenções penais certos atos praticados em razão de preconceitos de raça ou de côr. Os atos definidos como contravenção penal são "atos negativos", isto é, "recusas", exempli gratia, recusa de hospedagem, de entrada em estabelecimento público de diversões ou esportes, recusa de servir em restaurante, salões de barbearia ou cabeleireiros, recusa de inscrição em estabelecimento de ensino, de admissão ao serviço público e das forças armadas, recusa de emprego ou trabalho, etc. a pessoa de determinada côr ou raça.

O que caracteriza a contravenção é a causa da recusa, isto é, a sua fundamentação em motivos de raça ou de côr.

Na prática, entretanto, essa causa poderá assumir formas disfarçadas. O projeto, por exemplo, considera contravenção obstar a alguém o acesso a qualquer ramo das forças armadas por motivo de raça ou de côr. O candidato, porém, poderá ser recusado em inspeção de saúde não por êsse motivo mas por possuir dentes em más condições... Num hotel, poderá a gerência alegar que não dispõe de acomodações. Para que se configure a contravenção é necessário que a



SENADO FEDERAL

PROPOSTA

14

Em 14 de maio de 1954, o Sr. Senador
Alfredo Pinto apresentou ao Senado
Federal a seguinte proposta de lei:

PROPOSTA DE LEI Nº 11.191, DE 1954

O projeto em exame, nº 11.191 de 1954, tem por
objeto a criação de uma comissão de
pesquisa de caráter científico e técnico
para estudar e desenvolver pesquisas
relacionadas com a conservação do meio
ambiente, a exploração racional dos
recursos naturais e a melhoria das
condições de vida da população, tendo
em vista a importância da preservação
do patrimônio natural e a necessidade
de estabelecer um plano de ação para
a exploração racional dos recursos
naturais e a melhoria das condições
de vida da população.

A proposta de lei em exame, nº 11.191 de 1954,
tem por objetivo a criação de uma comissão
de pesquisa de caráter científico e técnico
para estudar e desenvolver pesquisas
relacionadas com a conservação do meio
ambiente, a exploração racional dos
recursos naturais e a melhoria das
condições de vida da população, tendo
em vista a importância da preservação
do patrimônio natural e a necessidade
de estabelecer um plano de ação para
a exploração racional dos recursos
naturais e a melhoria das condições
de vida da população.

razão invocada para a recusa seja a circunstância da raça ou da cor. Entretanto, poderá ser êsse o motivo real e outro o motivo aparente.

De qualquer forma, o projeto tem o mérito de acentuar a necessidade de serem reprimidos os preconceitos de raça ou de cor, de punir o tratamento desigual por motivos dessa natureza e, sobretudo, a exteriorização de atitudes que denunciem sentimentos dessa índole.

A Comissão de Justiça do Senado, em brilhante parecer prolatado pelo eminente senador Aloisio de Carvalho, examinou o aspecto jurídico e constitucional do projeto, opinando pela sua aprovação. Não contém êle nenhum aspecto que mereça particular atenção e o exame da Comissão de Finanças, razão pela qual não ha nenhuma objeção que se lhe possa opôr.

Sala Joaquim Murtinho, em 1.º de Junho de 1951

Isidoro Presidente da Comissão

Albino Relator

Dr. ...

...

A. de Lima Campos

...

...

...

razão invocada para a recusa seja a circunstância de não se
côr. Entretanto, poderá ser esse o motivo real e outro o motivo
aparente.

De qual quer forma, o projeto tem o mérito de reconhecer
a necessidade de serem tomadas as providências de que se trata
côr, de qual o tratamento designado por motivos de ordem
e, sobretudo, a exteriorização de atitudes que denunciam senti-
mentos de desconfiança.

A Comissão de Justiça do Senado, em brilhante parecer
prolatado pelo eminente senador Alvaro de Carvalho, examinou
o aspecto jurídico e constitucional do projeto, opinando pela
sua aprovação. Não contém ela nenhum aspecto que mereça parti-
cular atenção e o exame da Comissão de Finanças, razão pela qual
não há nenhuma objeção que se lhe possa opôr.

Sala Joaquim Nabuco, em 1.º de Maio de 1951

Handwritten signatures and stamps:
Relator
President
Vice-President
Secretary
Members

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

*Pensionado
E 5-7-951.
Wang*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º - Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º - Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º - Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbea



SEASIDE BOARD

rias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º - Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a..... Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros)

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o a gente, dêse que apurada em inquérito regular.

Art. 6º - Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º - Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo



U.S. COAST GUARD

1-1-1

para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º - Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 26 de junho de 1951

Alexandre de Gusmão Filho
Edmundo Pinheiro
Ulysses Guimarães

COPIA

Projeto de Lei nº 21 de 1954
da Câmara dos Deputados.

Mensagem

Nº 92

Senado Federal, em 26 de junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Dorneles Vargas
Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Tenho a honra de submeter à sanção de Vossa
Excelência o decreto do Congresso Nacional que inclui entre
as contravenções penais a prática de atos resultantes de
preconceitos de raça ou de cor.

Aproveito a oportunidade para apresentar a
Vossa Excelência os protestos de meu respeitoso apreço.

a Alexandre Macedes Filho
Pte. em exercício

Cópia

Mensagem

Nº 22

Senado Federal, em 22 de Junho de 1934

Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas
Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Tenho a honra de submeter à sanção de Vossa
Excelência o decreto do Congresso Nacional que inclui entre
as contravenções penais a prática de atos resistentes de
preconceitos de raça ou de cor.

Aproveito a oportunidade para representar a
Vossa Excelência os protestos de meu respeitoso apreço.

Assinado Alexandre F. Silva
P. M. Silva

COPIA

489

Jun 26 de junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Doutor Lourival Pontes
Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência,
a fim de que se digne transmiti-la ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da República, a inclusa Mensagem, acompanhada do
decreto do Congresso Nacional, que inclui entre as contraven-
ções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de
raça ou de cor.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vos-
sa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Etelvino Lins
1.º Secretário

Cópia

487

26 de Junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Doutor Leônidas Fontes
Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Terho a honra de enviar a Vossa Excelência,
a fim de que se digno transmiti-la ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da República, a inclusão Mensagem, acompanhada do
Decreto do Congresso Nacional, que inclui entre as contraven-
ções penais a prática de atos resultantes de pressões de
regra ou de cor.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Voz
na Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Estelino Lins
1.º Secretário

COPIA

Autógrafo

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º - Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º - Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$.... 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º - Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barba -

Autógrafo

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resistentes de preconceitos de raça ou de cor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º - Recusar algum hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento de mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º - Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º - Recusar entrada em estabelecimento público, de diversas ou esporádicas, bem como em salões de bares -

rias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor. Penal: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º - Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Penal: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros)

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º - Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo de funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. Penal: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º - Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor. Penal: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo

rias ou estabelecimentos por concessão de prazo ou de out. Para
prazo simples de prazo até a três meses ou mais de
Gr\$ 200,00 (quinhentos cruzeiros) a Gr\$ 2.000,00 (dois mil e
centos).

Art. 3º - Nos casos em que a inscrição de aluno em es-
tabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por prazo
certo de prazo ou de out. Para prazo simples de três meses a
um ano ou mais de Gr\$ 200,00 (quinhentos cruzeiros) a
Gr\$ 2.000,00 (dois mil e centos).

Parágrafo único. Se ao tratar de estabelec-
mento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o
qual, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 4º - Ostar e ostar de algum a qual-
quer cargo de funcionalismo público ou ao serviço em qualquer
uma das formas previstas, por concessão de prazo ou de out. Se
na perda do cargo, desde que apurada a responsabilidade em
quanto regular, para o funcionalismo dirigente de repartição de
que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos
for.

Art. 5º - Nos casos em que a inscrição de algum
em empresa, sociedade de economia mista, empresa concessionária
de serviço público ou empresa privada, por concessão de
prazo ou de out. Para prazo simples de três meses a um ano e
mais de Gr\$ 200,00 (quinhentos cruzeiros) a Gr\$ 2.000,00 (dois
mil e centos), no caso de empresa privada, perda do cargo

para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º - Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 26 de junho de 1951

Alexandre de Gusmão Filho

Etelvino Lins
1º Secretário

Vespasiano Martins

para o responsável pela receita, no caso de autarquia, sociedade de economia e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º - Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 16 de Junho de 1951

Assinado por

Etelvino Lima
1º Secretário

Vespasiano Martins

COPIA

Projeto de Lei nº 21 de 1951
da Câmara dos Deputados.

490

Em 26 de junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Doutor Negrão de Lima
Ministro de Estado dos Negócios da Justiça

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência,
para os devidos fins, que nesta data, foi enviado à sanção do
Excelentíssimo Senhor Presidente da República o decreto do Con-
gresso Nacional que inclui entre as contravenções penais a prá-
tica de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa
Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Etelvino Lins
1.º Secretário

Cópia

Projeto de Lei nº 21 de 1951
da Câmara dos Deputados.

290

de Junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Doutor Nery de Lima
Ministro de Estado dos Negócios da Justiça

Excelentíssimo Senhor Presidente da República o decreto do Congresso Nacional que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que nesta data, foi enviado à sanção do

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Estelino Lima
1º Secretário

CÓPIA

Projeto de Lei nº 21 de 1951
da Câmara dos Deputados.

491

Em 26 de junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Deputado Gurgel de Amaral
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência,
para que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados,
que o Senado adotou e enviou à sanção do Excelentíssimo Senhor
Presidente da República o projeto de lei dessa Câmara que in-
clui entre as contravenções penais a prática de atos resultan-
tes de preconceitos de raça ou de cor.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vos-
sa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Estelino Lins
1º Secretário

CÓPIA

191

Em 22 de Junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Deputado Gurgel de Azevedo
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência
para que se digno levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados
que o Senado adotou e enviou à sanção do Excelentíssimo Senhor
Presidente da República o projeto de lei dessa Câmara que in-
clui entre as contravenções penais a prática de atos presun-
tos de preconceitos de raça ou de cor.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa
Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Belvino Lins
1.º Secretário



uº 207

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Havendo sancionado o Decreto do Congresso Nacional que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr, tenho a honra de restituir a Vossa Excelência dois dos respectivos autógrafos.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1951.

GP/GP/.

P.L.C. 21/51.



SECRETARIA DO SENADO FEDERAL
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RICHADO
1951
Mensagem
nº 110/51.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA

RIO DE JANEIRO, D. F.

Em 4 de julho de 1951

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Mensagem do Senhor Presidente da República restituindo autógrafos de decreto do Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha elevada estima e mui distinta consideração.

(Lourival Fontes)
Secretário da Presidência
da República

A Sua Excelência o Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal.

GP/GP/.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 562-A — 1950

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça com substitutivo emendado em pauta.

PROJETO N.º 562-1950 A QUE SE REFERE O PARECER

Art. 1.º — Constitui contravenção penal punida nos termos desta lei a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

§ 1.º — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel pensão estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor;

Penal — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Art. 3.º — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes abertos ao público, aonde se sirvam alimentos bebidas, refrigerantes e guloseimas por preconceito de raça ou de cor.

Penal — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 4.º — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor;

Penal — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 5.º — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor.

Penal — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionário público ou ao serviço em qualquer uma das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor.

Penal — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário agente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de emprego dos candidatos.

Art. 7.º Nos casos de reincidência, nos estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, renovadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950 — Atonso Arinos. — Caré Fi-

lho. — Gabriel Passos. — Ruy Almeida. — Negreiros Falcão. — Antônio Silva. — Gil Soares. — Carvalho Neto. — Bias Fortes. — Mota Neto. — Raul Pila. — Flores da Cunha. — José Bonifácio. — Gilberto Freyre. — Gustavo Capanema.

Justificação

1 — Uma das manifestações mais chocantes de desrespeito aos direitos do homem e à dignidade da pessoa humana, que ainda se pode observar na época atual, é, sem dúvida o prede-raça ou de cor.

2 — A tese da superioridade física e intelectual de uma raça sobre outras, cara a certos escritores do século passado, como Gobineau, encontra-se hoje, definitivamente afastada, graças às novas investigações e conclusões da Antropologia, da Sociologia e da História. Ninguém sustenta, atualmente, a sério, que a pretendida inferioridade dos negros seja devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política, por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento a sério, que a pretendida inferioridade dos negros devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento político e a perseguição racial que há milênios atormentam esta velha nação.

3 — No Brasil, cientistas e escritores eminentes têm contribuído para o esclarecimento, em plano mundial, dos erros e injustiças decorrentes dos preconceitos de raça. Povo em grande parte mestiço, país de imigração, aonde, além do mais, ainda existem selvícolas, é natural que os estudos de Antropologia Cultural e de Sociologia Racial se tenha desenvolvido consideravelmente.

4 — Urge, porém, que o Poder Legislativo adote as medidas convenientes, para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Governo. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão como simples declarações platônicas se a lei ordinária não lhe vier dar forças de regra obrigatória de direito.

5 — Por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe,

e com perigosa tendência a se ampliar.

A Constituição Federal, afirma que todos são iguais perante a lei (artigo 141 § 1.º); veda a União, aos Estados e aos Municípios criar distinções entre brasileiros, (art. 31 n.º 7); proíbe a propaganda de preconceitos de raça ou de cor (art. 141 n.º 5); e declara que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, (artigo 184).

No entanto é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em vários setores da administração.

6 — Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proíbam a entrada de negros nos seus recintos.

7 — Urge pôr paradeiro a tal estado de coisas, cuja agravação contribua para que se estabeleça, entre nós, uma verdadeira luta de raças, terrível problema em que se debatem desde a independência os Estados Unidos da América, sem encontrar solução, apesar de todas as medidas tomadas a respeito, inclusive reformas da Constituição. Pode-se, mesmo, assegurar que a questão do negro nos Estados Unidos, graças à formidável influência internacional deste país, passou a ser um grave problema mundial da democracia.

8 — Estamos muito em tempo para corrigir, por meio de uma sábia política legislativa, os malefícios do preconceito de raça ou de cor que começa a tomar corpo entre nós, apesar das defesas constitucionais. Na verdade, não se considera, hoje, mais a lei apenas como expressão de uma necessidade coletiva, ou, (segundo opinava a chamada Escola Histórica do Direito), como a fixação jurídica da evolução histórica de determinado povo. A lei é hoje, muitas vezes, um eficaz instrumento de antecipação, e de orientação da evolução social, promovido pela razão moral e pelo iminente sentimento da justiça. Nesses termos é que propomos a adoção do projeto: para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas

altas esferas sociais e governativas de país, com seguras e graves consequências para a paz social futura.

9 — Não creio seja necessário estender-me demasiado nesta justificação. As rápidas considerações que precedem são suficientes.

O Brasil inscreveu no texto da sua maior lei a repulsa ao preconceito de raça. As Nações Unidas, de que fazemos parte, adotaram idêntica atitude tanto no artigo 16 da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", aprovada pela Assembléa Geral daquele organismo na sessão de 10 de dezembro de 1948, quanto em diversos artigos da sua Carta, nos quais se assegura a todos os homens o gozo dos direitos e liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Nada justifica, pois, que continuemos disfarçadamente a fechar os olhos à prática de atos injustos de discriminação racial que a ciência condena, a justiça rejeita, a Constituição proíbe, e que podem conduzir a monstruosidade como os "pogrooms" hitleristas ou a situações insólitas como a da grande massa negra norte-americana.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950. — Afonso Arinos. — Ruy Almeida.

EMENDA DE PAUTA A QUE SE REFERE O PARECER

Acrescente-se, imediatamente antes do art. 7.º.

Art. — "Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada por preconceito de raça ou de cor;

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público".

S. S., 20 de julho de 1950. — Afonso Arinos.

Justificação

Trata-se de completar o sistema do projeto que tive oportunidade de apresentar sobre a matéria. A emenda preenche uma lacuna de que só me apercebi posteriormente.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

RELATÓRIO

A legislação brasileira não admite desigualdade entre os habitantes do país, por motivos de raça ou de cor. Pretos ou brancos todos possuem direitos idênticos aos cargos públicos. Aos postos de representação ou aos postos de governo é possível ter acesso qualquer brasileiro de cor. Entretanto, na realidade, existem ainda em certas camadas sociais, preconceitos contra os negros e, mesmo contra os mulatos. Si está franqueado a todos o acesso às funções públicas nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda e para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar na sociedade, a consideração de seus semelhantes.

Como combater esse preconceito si ele é contrário às leis do país, não se afina com os sentimentos cristãos da maior parte do povo e não se ajusta à cultura de uma nação civilizada? Porque desdenhar o preto e o mulato só por causa da cor quando o índio, também, não é branco e povos há, como os japoneses os chineses e outros, que não se distinguem pela alvura da pele e no entanto, são bem recebidos pelos brasileiros que se supõem de uma brancura imaculada? É uma injustiça cruel. Porque se nega ao preto o que se não recusa ao índio quando a cultura daquêle é superior à dêste? Porque se exalta o indígena e se despreza o africano quando maiores são nêste as riquezas do coração. Si cultural e sentimentalmente o preto está colocado acima do índio porque nos havemos de comprazer com a convivência dêste e nos orgulhar da sua ascendência em quanto vitamos as costas ao preto e consideramos uma injúria nos suporem, nas veias, algumas gotas do seu sangue?

O preto o índio e o português concorreram para a formação do nosso povo. Queramos ou não, temos que os considerar a todos nossos antepassados. Raros os que descendemos diretamente, sem mescla de outros sangues da forte raça luzitana. Os que não têm globulos de sangue índio, quasi sempre e tem de sangue africano. A herança africana é das que não podem ser recebidas a benefício de inventário. Temos que aceitá-la com os seus ônus e com as suas vantagens, integralmente, sem possibilidade de renunciar a qualquer das suas

parcelas. Biológica e historicamente o negro é parte essencial do nosso povo. Seja um bem, seja um mal, seja uma coisa que nos orgulhe ou seja uma coisa que nos deprima, é essa a realidade. Os preconceitos contra o negro não se explicam, portanto, por qualquer superioridade da parte dos brancos. Antes denotam inferioridade.

Mais lozavel seria o nosso procedimento si, aceitando a realidade como eia é, cogitássemos de elevar o nível moral e intelectual do preto para que éle pudesse mover-se desembaraçadamente no mesmo plano social em que nos movemos. O motivo primordial do desprezo ju elhe votamos, venha da escravidão ou venha de outra origem, não depõe a favor nem da nossa inteligência, nem da nossa formação moral. A escravidão desapareceu há mais de sessenta anos e dela não são culpados os pretos. Deia, nós os brancos e que nos temos de envergonhar, e não os pretos. Não foram estes que partiram das terras longinquas da África para virem entregar-se aos ferros dos senhores. Foram os brancos que s dirigiram ás regiões africanas para, mediante os processos mais condenaveis, se apropriar do preto e treze-lo a força, no porão sem ar de navios infectos, ás praias americanas a fim de lhe explorar em trabalhos extenuantes as esplêndidas energias. Desprezar o negro pelo mal que lhe fizemos é uma dessas atrocidades revoltantes de que, aliás, está cheia a historia da humanidade, que é a mais deshumada das histórias.

Não nos devemos esquecer de que a nossa crueldade nunca chegou a contaminar os pretos, o que fala em favor deles e em detrimento nosso. A escravidão correu sem grandes levantes, por parte dos escravizados e, quando abolida, não se soube de vinganças terríveis praticadas pelas suas vítimas contra os que as fizeram padecer. A doce afetividade da raça, que se traduziu em multiplas dedicações dos pobres escravos aos senhores poderosos não lhes permitiu que tirassem qualquer desforra do que sofreram fazendo também sofrer os que os maltrataram. Tudo isso devia pesar no animo dos brasileiros, em ancias d aivura epidêmica para leva-los a dispensar ao preto um pouco de carinho. Si entre os pretos muitos há verdadeiramente boçais, capazes dos crimes mais horripilantes, o mesmo acontece entre os brancos. Uns e outros, portadores das mesmas taras,

mostram-se igualmente, indignos da condição humana.

Si o preto ainda ocupa lugar inferior na escala social e, principalmente, porque ainda não pôde receber, nas escolas, a educação a que tem direito. Os que tiveram meios de cultivar o espirito e destacar-se em todos os ramos de actividade intelectual, desde as mais artisticas ate as mais praticas, esses nada ficaram a deve raos brancos. As cintilações da sua intelligencia tem sido tão vivas como as cintilações da intelligencia dos brancos. Mesmo as falhas de caráter, que se apontam como uma das constantes dos mestiços, não os coloca em plano diverso dos brancos, pois que entre estes aquelas falhas são também frequentes. A mestiçagem moral é, talvez, maior no Brasil, do que a mestiçagem. Titulos não possui o nosso homem branco para se apresentar como o tipo do homem puro. O orgulho racial e uma das suas ridicularas mais tenazes e mais divertidas. Só se explica pela ignorância. Não o ostenta quem conhece a historia do Brasil e traz na memoria o nome dos mestiços que, desde o Imperio até os nossos dias, se distinguiram pelas qualidades morais pelo valor intellectual.

Tudo isto, porém, não determinará a aboção do preconceito contra o preto. Esse preconceito so desaparecerá quando se apagarem as reminiscências da escravidão, a massa dos homens de cor adquirir a instrução de que, presentemente, carece e o branco tiver aberto, no espirito, amplas janelas que o arejem e, através das quais, penetrem, em frtes luíadas, as doutrinas sociais inspiradas pela igualdade dos homens e alimentadas pelo sentimento cristão. Enquanto o branco mantiver a supremacia econômica, qu elhe velo dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, pela escassez de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão. Não haverá leis que os destruam. Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo. Mas isso não impede que, por meio de leis adequadas, se eliminem algumas das manifestações públicas desse preconceito. Foi por assim entender que o Sr. Deputado Afonso Arinos apresentou o projeto n.º 652, de 1950 criando casos novos de contravenção penal e punindo certos atos que denunciavam aquêlê preconceito de forma anti-jurídica e

anti-social. Esses atos são a recusa, por preconceitos de raça e de cor:

a) de hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade;

b) de venda de mercadorias em loja de qualquer gênero ou a de atender a clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas;

c) de entrada em estabelecimento público de diversão ou esportes bem como em salões de barbearia ou cabelereiros;

d) de inscrição de aluno em estabelecimento de ensino em qualquer curso ou grau;

e) de acesso de alguém a qualquer carreira de funcionalismo público ou o serviço em qualquer ramo das forças armadas;

f) de emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviços públicos ou empresa privada.

O projeto estabelece uma nova classe de contravenções. Estas podem ser criadas livremente pelo legislador sempre que as necessidades sociais ou políticas o exigirem. Na lei atual as contravenções em espécie são as que expressamente se referem: à pessoa; ao patrimônio; à incolumidade pública; à paz pública; à fé pública; à organização do trabalho; à polícia de costumes e à administração pública. Em nenhuma dessas espécies poderão ser enquadradas as que o projeto define. Poder-se-ia, talvez, com algum esforço, colocá-las na contravenção que consiste em molestar alguém ou perturbar-lhe a tranqüilidade, por acinte ou por motivo reprovável (art. 65 do Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941). Mas seria forçar o texto da lei ampliá-lo em tais proporções. O mais certo é colocá-las em capítulo especial que poderia ter o seguinte título — "Das contravenções referentes aos preconceitos de raça ou de cor".

Isto, porém, é apenas, uma questão de forma. Quanto ao fundo é certo que não só as que o projeto descremina como quaisquer outras poderiam ser criadas pelo legislador.

Mas as que ora se vão criar não determinarão interferência indebita na vida particular do cidadão e não representarão entrave institucional à liberdade de comércio?

Não. A liberdade de comércio e as relações particulares dos cidadãos não se podem exercer em conflito com preceitos constitucionais. Tem que ser harmonizadas com os vários dispositivos da Constituição. Ora, si esta condena tudo quanto alimente preconceitos de raça ou de classe, está claro que nenhuma liberdade poderá ser exercida quando entre em choque com esse preceito. Não será permitida atividade alguma que se baseie em preconceito de raça ou de classe ou que fomente esse preconceito.

Parece-me, portanto, constitucional o novo capítulo de contravenções que o projeto estabelece. É princípio constitucional que a especificação dos direitos e garantias expressas na Carta Constitucional não exclua outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Reconhecida a constitucionalidade do projeto temos que reconhecer, também, pelos motivos atrás expostos, a sua conveniência e oportunidade. Muito embora, em geral, as leis é que se devem amoldar aos fatos, pode acontecer que se verifique o contrário. Si os fatos andam adiante da lei ultrapassando-lhe a órbita, ocasião haverá em que a lei se deva colocar adiante dos fatos por conveniência ou utilidade social. É o que acontece em relação a este projeto. Em vez de uma revolta dos fatos contra a lei, estamos diante de uma revolta da lei contra os fatos.

Proponho, pois, ao exame desta comissão o seguinte substitutivo em que se acrescenta ao projeto emenda apresentada pelo próprio Sr. Deputado Afonso Arinos:

SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1.º — Constitue contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo 1.º — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Artigo 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão estabelecimento da mesma finalidade por preconceito de raça ou de cor;

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Artigo 3 — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Artigo 4 — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabelereiros por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Artigo 5 — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único — Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Artigo 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Artigo 7 — Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionárias de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no cargo de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Artigo 8 — Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, moderará o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Artigo 9 — Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Afranio Franco, 16 de agosto de 1950. — *Gustavo Capanema*, Presidente. — *Plínio Barreto*, Relator. — *Souza Leão*. — *Hermes Lima*. — *Carvalho Neto*. — *Gil Soares*. — *Pinheiro Machado*. — *Wellington Brandão*. — *Lameira Bittencourt*. — *Flores da Cunha*. — *Aristides Larura*. — *Afonso Arinos*. — *Carlos Valdemar*.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 562-B — 1950

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça com substitutivo ao projeto emendado em pauta e novo parecer da referida Comissão que opina pelo destaque da emenda de discussão, a fim de constituir projeto em separado

PROJETO N.º 562-1950 A QUE SE REFERE O PARECER

Art. 1.º — Constitui contravenção penal punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

§ 1.º — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor;

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Art. 3.º — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 4.º — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou

esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor;

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 5.º — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionamento público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por conceito de raça ou de cor.

Pena — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dependente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional de suspensão do fun-

cionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950 — *Afonso Arinos*. — *Café Filho*. — *Gabriel Passos*. — *Ruy Almeida*. — *Negreiros Falcão*. — *Antônio Silva*. — *Gil Soares*. — *Carvalho Neto*. — *Bias Fortes*. — *Mota Neto*. — *Raul Pila*. — *Flores da Cunha*. — *José Bonifácio*. — *Gilberto Freyre*. — *Gustavo Capanema*.

Justificação

1 — Uma das manifestações mais chocantes de desrespeito aos direitos do homem e a dignidade da pessoa humana, que ainda se pode observar na época atual, é, sem dúvida o preconceito de raça ou de cor.

2 — A tese da superioridade física e intelectual de uma raça sobre outras, cara a certos escritores do século passado, como Gobineau, encontra-se hoje, definitivamente afastada, graças as novas investigações e conclusões da Antropologia, da Sociologia e da História. Ninguém sustenta, atualmente, a sério, que a pretendida inferioridade dos negros seja devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política, por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento a sério, que a pretendida inferioridade dos negros devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento político e a perseguição racial que há milênios atormentam esta velha nação.

3 — No Brasil, cientistas e escritores eminentes têm contribuído para o esclarecimento em plano mundial, dos erros e injustiças decorrentes dos preconceitos de raça. Povo em grande parte mestiço, país de imigração, aonde, além do mais, ainda existem selvícolas, é natural que os estudos de Antropologia Cultural e de Sociologia Racial se tenha desenvolvido consideravelmente.

4 — Urge, porém, que o Poder Legislativo adote as medidas convenientes, para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Governo. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão

como simples declarações platônicas se a lei ordinária não lhe vier dar forças de regra obrigatória de direito.

5 — Por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe, e com perigosa tendência a se ampliar.

A Constituição Federal, afirma que todos são iguais perante a lei (artigo 141 § 1.º); veda a União, aos Estados e aos Municípios criar distinções entre brasileiros. (art. 31 n.º 7); proíbe a propaganda de preconceitos de raça ou de cor (art. 141 n.º 5); e declara que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, (artigo 184).

No entanto é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em varios setores da administração.

6 — Quando o Estado, por seus agentes oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros nos seus recintos.

7 — Urge pôr paradeiro a tal estado de coisas, cuja agravação contribuiu para que se estabeleça, entre nós, uma verdadeira luta de raças, terrível problema em que se debatem desde a independência os Estados Unidos da America, sem encontrar solução, apesar de todas as medidas tomadas a respeito, inclusive reformas da Constituição. Pode-se, mesmo, assegurar que a questão do negro nos Estados Unidos, graças a formidável influência internacional deste país, passou a ser um grave problema mundial da democracia.

8 — Estamos muito em tempo para corrigir, por meio de uma sábia política legislativa, os malefícios do preconceito de raça ou de cor que começa a tomar corpo entre nós, apesar das defesas constitucionais. Na verdade, não se considera, hoje, mais a lei apenas como expressão de uma necessidade coletiva, ou, (segundo opinava a chamada Escola Histórica do Direito), como a fixação jurídica da evolução histórica de determinado povo. A lei é hoje, muitas vezes, um eficaz instrumento de antecipação e de orientação da evolução social, promovido pela razão moral e pelo imanente

sentimento da justiça. Nesses termos e que propomos a adoção do projeto: para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas de pais, com seguras e graves consequências para a paz social futura.

9 — Não creio seja necessário entender-me demasiado nesta justificação. As rápidas considerações que precedem são suficientes.

O Brasil inscreveu no texto da sua maior lei a repulsa ao preconceito de raça. As Nações Unidas, de que fazemos parte, adotaram idêntica atitude tanto no artigo 16 da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", aprovada pela Assembleia Geral daquele organismo na sessão de 10 de dezembro de 1948, quanto em diversos artigos da sua Carta, nos quais se assegura a todos os homens o gozo dos direitos e liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Nada justifica, pois, que continuemos disfarçadamente a fechar os olhos a prática de atos injustos de discriminação racial que a ciência condena, a justiça repele, a Constituição proíbe e que podem conduzir a monstruosidade como os "pogrooms" hitleristas ou a situação insólúvel como a da grande massa negra norte-americana.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950. — Afonso Arinos. — Ruy Almeida.

EMENDA DE PAUTA A QUE SE REFERE O PARECER

Acrescente-se, imediatamente antes do art. 7.º:

Art. — "Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor:

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso, de autarquia, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público".

S. S., 20 de julho de 1950. — Afonso Arinos.

Justificação

Trata-se de completar o sistema do projeto que teve oportunidade de

apresentar sobre a matéria. A emenda preenche uma lacuna de que só me apercebi posteriormente.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

RELATÓRIO

A legislação brasileira não admite desigualdade entre os habitantes do país, por motivos de raça ou de cor. Pretos ou brancos, todos possuem direitos idênticos aos cargos públicos. Aos postos de representação ou aos postos de governo é possível ter acesso qualquer brasileiro de cor, entretanto, na realidade, existem, ainda, em certas camadas sociais, preconceitos contra os negros e, mesmo, contra os mulatos. Se esta franqueado a todos o acesso as funções públicas nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda é para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar a sociedade, a consideração de seus semelhantes.

Como combater esse preconceito se ele é contrário às leis do país, não se afina com os sentimentos cristãos da maior do povo e não se ajusta a cultura de uma nação civilizada? Porque desdenhar o preto e o mulato só por causa da cor quando o índio, também, não é branco e povos há, como os japoneses os chineses e outros, que não se distinguem pela alvura da pele e, no entanto, são bem recebidos pelos brasileiros que se supõem de uma brancura imaculada? É uma injustiça cruel. Porque se nega ao preto o que se não recusa ao índio quando a cultura daquele é superior a deste? Porque se exalta o indígena e se despreza o africano quando maiores são neste as riquezas do coração. Si cultural e sentimentalmente o preto está colocado acima do índio porque nos havemos de comprazer com a convivência deste e nos orgulhar da sua ascendência em quanto vitamos as costas ao preto e consideramos uma injúria nos suporem, nas veias, algumas gotas do seu sangue?

O preto, o índio e o português concorreram para a formação do nosso povo. Queiramos ou não, temos que os considerar a todos nossos antepassados. Raros os que descendemos diretamente, sem mescla de outros sangue da forte raça luzitana. Os que não têm globulos de sangue índio, quasi sempre os tem de sangue africano. A herança africana é das que não podem ser recebidas a benefício

de inventário. Temos que aceitá-la com os seus ônus e com as suas vantagens, integralmente, sem possibilidade de renunciar a qualquer das suas parcelas. Biológica e historicamente o negro é parte essencial do nosso povo. Seja um bem, seja um mal, seja uma coisa que nos orgulhe ou seja uma coisa que nos deprima, e essa a realidade. Os preconceitos contra o negro não se explicam, portanto, por qualquer superioridade da parte dos brancos. Antes denotam inferioridade.

Mais louvável seria o nosso procedimento si, aceitando a realidade, como ela é, cogitássemos de elevar o nível moral e intelectual do preto para que ele pudesse mover-se desembaraçadamente no mesmo plano social em que nos movemos. O motivo primordial do desprezo que lhe votamos, venha da escravidão ou venha de outra origem, não depõe a favor nem da nossa inteligência, nem da nossa formação moral. A escravidão desapareceu há mais de sessenta anos e dela não são culpados os pretos. De lá, nós os brancos é que nos temos de envergonhar, e não os pretos. Não foram estes que partiram das terras longínquas da África para virem entregar-se aos terros dos senhores. Foram os brancos que se dirigiram às regiões africanas para, mediante os processos mais condenáveis se apropriar do preto e treze-lo a força, no porão sem ar de navios infectos, às praias americanas a fim de lhe explorar em trabalhos extenuantes as esplêndidas energias. Despresar o negro pelo mal que lhe fizemos é uma dessas atrocidades revoltantes de que, aliás, está cheia a história da humanidade, que é a mais deshumada das histórias.

Não nos devemos esquecer de que a nossa crueldade nunca chegou a contaminar os pretos, o que fala em favor deles e em detrimento nosso. A escravidão correu sem grandes levantamentos por parte dos escravizados e, quando abolida, não se soube de vinganças terríveis praticadas pelas suas vítimas contra os que as fizeram padecer. A doce afetividade da raça, que se traduziu em múltiplas dedicações dos pobres escravos aos senhores poderosos, não lhes permitiu que tirassem qualquer desforra do que sofreram fazendo também sofrer os que os maltrataram. Tudo isso devia pesar no ânimo dos brasileiros, em ancias d'alvura epidérmica para levá-los a dispensar ao preto um pouco de carinho. Si entre os pretos muitos há

verdadeiramente boçais, capazes dos crimes mais horripilantes, o mesmo acontece entre os brancos. Uns e outros, portadores das mesmas taras, mostram-se igualmente indignos da condição humana.

Si o preto ainda ocupa lugar inferior na escala social e, principalmente, porque ainda não pôde receber, nas escolas, a educação a que tem direito. Os que tiveram meios de cultivar o espírito e destacar-se em todos os ramos de atividade intelectual, desde as mais artísticas até as mais práticas, esses nada ficaram a dever aos brancos. As cintilações da sua inteligência tem sido tão vivas como as cintilações da inteligência dos brancos. Mesmo as falhas de caráter, que se apontam como uma das constantes dos mestiços, não os coloca em plano diverso dos brancos, pois que entre estes aquelas falhas são também frequentes. A mestiçagem moral é, talvez, maior no Brasil, do que a mestiçagem. Títulos não possui o nosso homem branco para se apresentar como o tipo do homem puro. O orgulho racial e uma das suas ridicularas mais tenazes e mais divertidas. Só se explica pela ignorância. Não o ostenta quem conhece a história do Brasil e traz na memória o nome dos mestiços que, desde o Império até os nossos dias, se distinguiram pelas qualidades morais pelo valor intelectual.

Tudo isto, porém, não determinará a abolição do preconceito contra o preto. Esse preconceito só desaparecerá quando se apagarem as reminiscências da escravidão, a massa dos homens de cor adquirir a instrução de que, presentemente, carece e o branco tiver aberto, no espírito, amplas janelas que o arejem e, através das quais, penetrem, em frtes lufadas as doutrinas sociais inspiradas pela igualdade dos homens e alimentadas pelo sentimento cristão. Enquanto o branco mantiver a supremacia econômica, qu'elle veio dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, pela escassez de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão. Não haverá leis que os destruam. Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigal sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo. Mas isso não impede que, por meio de leis adequadas, se eliminem algumas das manifestações públicas desse preconceito. Foi por assim entender que o Sr. Deputado Afonso Arias apresentou o projeto n.º 652, de 1950 criando casos

novos de contravenção penal e punindo certos atos que denunciavam aquêle preconceito de forma anti-jurídica e anti-social. Esses atos são a recusa, por preconceitos de raça e de cor:

a) de hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade;

b) de venda de mercadorias em loja de qualquer gênero ou a de atender a clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas;

c) de entrada em estabelecimento público de diversão ou esportes bem como em salões de barbearia ou cabelereiros;

d) de inscrição de aluno em estabelecimento de ensino em qualquer curso ou grau;

e) de acesso de alguém a qualquer carreira de funcionalismo público ou o serviço em qualquer ramo das forças armadas;

f) de emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviços públicos ou empresa privada.

O projeto estabelece um nova classe de contravenções. Estas podem ser criadas livremente pelo legislador sempre que as necessidades sociais ou políticas o exigirem. Na lei atual as contravenções em espécie são as que expressamente se referem: a pessoa; ao patrimônio; à incolumidade pública; à paz pública; à fé pública; a organização do trabalho; a polícia de costumes e à administração pública. Em nenhuma dessas espécies poderão ser enquadradas as que o projeto define. Poder-se-ia, talvez, com algum esforço, colocá-las na contravenção que consiste em molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável (art. 65 do Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941). Mas seria forçar o texto da lei ampliá-lo em tais proporções. O mais certo e colocá-las em capítulo especial que poderia ter o seguinte título — “Das contravenções referentes aos preconceitos de raça ou de cor”.

Isto, porém, é, apenas, uma questão de forma. Quanto ao fundo é certo que não só as que o projeto descreve como quaisquer outras poderiam ser criadas pelo legislador.

Mas as que ora se vão criar não determinarão interferência indebita

na vida particular do cidadão e não representarão entrave inconstitucional à liberdade de comércio?

Não. A liberdade de comércio e as relações particulares dos cidadãos não se podem exercitar em conflito com preceitos constitucionais. Tem que ser harmonizadas com os vários dispositivos da Constituição. Ora, si esta condena tudo quanto alimente preconceitos de raça ou de classe, está claro que nenhuma liberdade poderá ser exercida quando entre em choque com esse preceito. Não será permitida atividade alguma que se baseie em preconceito de raça ou de classe ou que fomente esse preconceito.

Parece-me, portanto, constitucional o novo capítulo de contravenções que o projeto estabelece. É princípio constitucional que a especificação dos direitos e garantias expressas na Carta Constitucional não exclua outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Reconhecida a constitucionalidade do projeto temos que reconhecer, também, pelos motivos atrás expostos, a sua conveniência e oportunidade. Muito embora, em geral, as leis é que se devem amoldar aos fatos, pôde acontecer, que se verifique o contrário. Si os fatos andam adiante da lei ultrapassando-lhe a órbita, ocasião haverá em que a lei se deva colocar adiante dos fatos por conveniência ou utilidade social. É o que acontece em relação a este projeto. Em vez de uma revolta dos fatos contra a lei, estamos diante de uma revolta da lei contra os fatos.

Proponho, pois, ao exame desta comissão o seguinte substitutivo em que se acrescenta ao projeto emenda apresentada pelo próprio Sr. Deputado Afonso Arinos:

SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1.º — Constitue contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo 1.º — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Artigo 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estabeleci-

mento da mesma finalidade por preconceito de raça ou de côr;

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Artigo 3 — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Artigo 4 — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabelereiros por preconceito de raça ou de côr:

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Artigo 5 — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único — Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Artigo 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr.

Pena — Perda do cargo depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Artigo 7 — Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr;

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no cargo de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Artigo 8 — Nos casos de incidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a

pena adicional da suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Artigo 9 — Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Afranio Franco, 16 de agosto de 1950. — *Gustavo Capanema*, Presidente. — *Plínio Barreto*, Relator. — *Souza Leão*. — *Hermes Lima*. — *Carvalho Neto*. — *Gil Soares*. — *Pinheiro Machado*. — *Wellington Brandão*. — *Lameira Bittencourt*. — *Flores da Cunha*. — *Aristides Lurgura*. — *Afonso Arinos*. — *Carlos Valdemar*.

EMENDA DE DISCUSSÃO A QUE SE REFERE O 2.º PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Inclua-se no texto do projeto a proibição de formação de "frentes negras" ou de quaisquer modalidades de associação com fins políticos baseada no côr.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1950. — *Hermes Lima*.

Segundo Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

RELATÓRIO E PARECER

Ao projeto n.º 562 de 1950, do illustre Deputado Sr. Afonso Arinos, que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça e de côr, o nobre Deputado Sr. Hermes Lima apresentou emenda ordenando que se incluísse no texto do referido projeto a proibição de formações de "frentes negras" ou de quaisquer modalidades de associações com fins políticos baseadas na côr. Louvável a idéia do eminente deputado não se me afigura, entretanto que ela possa ser aproveitada no projeto em debate. Esse projeto visa proteger as pessoas de côr contra preconceitos raciais. A emenda do Sr. Hermes Lima pretende impedir a formação de associações com fins políticos baseadas na côr. Tenho para mim que a figura jurídica esboçada por Sua Excelência se enquadraria melhor não no instituto das contravenções mas no Código Penal, constituindo por exemplo um artigo do título IX — Dos crimes contra a paz pública. Proponho por isso a aprovação da Comissão o seguinte

PARECER

A emenda do Sr. Deputado Hermes Lima não é inconstitucional. É legal e jurídica. Entendo, porém, que deve constituir matéria de projeto em separado que estabeleça nova modalidade de crime contra a paz pública.

Sala "Afrânio de Melo Franco", 10 de novembro de 1950. — *Plínio Barreto* — Presidente. *ad-hoc* e Relator. — *Castelo Branco*. — *Caetano de Godoi*. — *Pinheiro Machado*. — *Pacheco de Oliveira*. — *Souza Leão*. — *Gil Soares*. — *Eduardo Duvivier*. — *Flores da Cunha*. — *Adroaldo Costa*. — *Herófilo Azambuja*. — *Carlos Valdemar*.





SENADO FEDERAL

PARECERES

Ns. 398 e 399, de 1951

N.º 398, de 1951

*Da Comissão de Constituição e
Justiça sobre o Projeto de Lei
da Câmara n.º 21, de 1951.*

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho

O Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1951, inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Na justificação, subscrita pelos Deputados Afonso Arinos e Rui Almeida, asseveram os ilustres parlamentares que "por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe, e com perigosa tendência a se ampliar"; e que, apesar da Constituição Federal vigente declarar que todos são iguais perante a lei (artigo 141, § 1.º) vedar à União, aos Estados e aos Municípios criarem distinções entre brasileiros (art. 31, número 1), proibir a propaganda de preconceitos de raça ou de classe (artigo 141, § 5.º), estabelecer que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros (art. 184), o fato é que determinadas carreiras civis ou militares e vários setores da administração levantam sérias dificuldades, quando não intransponível impedimento, ao ingresso dos homens de cor.

Pretende, assim, o projeto coibir, nobremente, a expansão de tais sentimentos ou atitudes, que, em realidade contrastam com a nossa tradição democrática e contrariam a larga inspiração igualitária dos princípios constitucionais que nos regem.

E a solução que encontra é a de punir, como contravenções, quantos fatos sejam, dessarte, a exteriorização de preconceitos de raça ou de cor. Estão eles configurados, com a punição correspondente, nos artigos 2 a 7 do projeto, valendo o artigo 1.º, visto que não contem qualquer penalidade, como uma espécie de conceito teórico genérico do que seja contravenção dessa natureza.

Adota o projeto dois tipos de pena, a privativa de liberdade a pecuniária, aquela representada pela prisão simples, nunca inferior a quinze dias nem superior a um ano, e a pena pecuniária encarnada na multa, nunca menor de quinhentos cruzeiros, nem maior de cinco mil cruzeiros, salvo uma só vez, em que ultrapassando, de muito, esse limite atinge a vinte mil cruzeiros. Essa penalidade máxima, desproporcional no conjunto de punições pecuniárias do projeto, e aplicável à contravenção constante de recusa de hospedagem a alguém, em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor.

Afora aquelas penas, contempla, ainda, o projeto a de perda do cargo, em três hipóteses: a de agente responsável pela recusa de inscrição de aluno em estabelecimento oficial de ensino de qualquer curso ou grau; a de dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação para acesso a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas; e a de responsável pela recusa de emprego ou trabalho a al-

guém em autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público. Nas três hipóteses, a pena de perda do cargo exclui qualquer outra punição, sendo que nas duas primeiras hipóteses a cominação depende de inquérito regular.

Ocorrendo reincidência na contravenção, em estabelecimento particular, pode o juiz impôr a este a suspensão de funcionamento por prazo não superior a três meses.

A lei das contravenções penais (Decreto-lei n.º 3.688, de 2 de outubro de 1941), para cujo catálogo de transgressões entram agora as novas infrações definidas pelo projeto, consagra, igualmente, como penas principais, a de prisão simples, de duração nunca superior a cinco anos, e a de multa, cuja importância não pode superar cinquenta mil cruzeiros.

O projeto nos limites máximos já vistos, compatibiliza-se pois, com o sistema legal de punição das contravenções.

Por sua vez, na lei, a pena privativa da liberdade e a pena pecuniária quase sempre são alternativas, critério também observado pelo projeto, que apenas duas vezes, salvo engano, cumula a pena de prisão com a de multa. Nem uma vez, também, salvo equívoco e aplicável uma só das duas penas.

Como se vê o projeto, pelo sistema punitivo que institui, não aberraria dos princípios vigentes em relação às contravenções penais antes se harmonize com a lei que a estas define e pune. Nada há a opor-lhe, em suma, sob o aspecto constitucional ou jurídico.

Sala Rui Barbosa, em 23 de maio de 1951 — *Dario Cardoso*, Presidente. — *Aloysio de Carvalho*, Relator. — *Olavo Oliveira*. — *Ivo d'Aquino*. — *Anisio Jobim*. — *João Villasboas*. — *Camillo Mercio*.

PARECER

N.º 399, de 1951

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 21, de 1951.

Relator: Sr. Alberto Pasqualini.

O projeto em exame, n.º 21-1951 da Câmara dos Deputados, pretende incluir entre as contravenções penais certos atos praticados em razão de

preconceitos de raça ou de cor. Os atos definidos como contravenção penal são "atos negativos", isto é, "recusas", *exempli gratia*, recusa de hospedagem, de entrada em estabelecimento público de diversões ou esportes, recusa de servir em restaurante, salões de barbearia ou cabeleireiros, recusa de inscrição em estabelecimento de ensino, de admissão ao serviço público e das forças armadas, recusa de emprego ou trabalho, etc. a pessoa de determinada cor ou raça.

O que caracteriza a contravenção é a causa da recusa, isto é, a sua fundamentação em motivos de raça ou de cor.

Na prática, entretanto, essa causa poderá assumir formas disfarçadas. O projeto, por exemplo, considera contravenção obstar a alguém o acesso a qualquer ramo das forças armadas por motivo de raça ou de cor. O candidato, porém, poderá ser recusado em inspeção de saúde não por esse motivo mas por possuir dentes em más condições. Num hotel, poderá a gerência alegar que não dispõe de acomodações. Para que se configure a contravenção é necessário que a razão invocada para a recusa seja a circunstância da raça ou da cor. Entretanto, poderá ser esse o motivo real e outro o motivo aparente.

De qualquer forma, o projeto tem o mérito de acentuar a necessidade de serem reprimidos os preconceitos de raça ou de cor, de punir o tratamento desigual por motivos dessa natureza e, sobretudo, a exteriorização de atitudes que denunciem sentimentos dessa índole.

A Comissão de Justiça do Senado, em brilhante parecer prolatado pelo eminente senador Aloisio de Carvalho, examinou o aspecto jurídico e constitucional do projeto, opinando pela sua aprovação. Não contém ele nenhum aspecto que mereça particular atenção e ao exame da Comissão de Finanças, razão pela qual não há nenhuma objeção que se lhe possa opor.

Sala Joaquim Murinho, em 1.º de junho de 1951. — *Ismar de Góis*, Presidente em exercício. — *Alberto Pasqualini*, Relator. — *Dervil Cruz*. — *Carlos Lindemberg*. — *Lima Campos*. — *Apolonio Salles*. — *Ferreira de Souza*. — *Plinio Pompeu*.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 21, de 1951

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3.º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa: Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4.º Recusar entrada em estabelecimento público, diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses. Multa: Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5.º Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de

qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

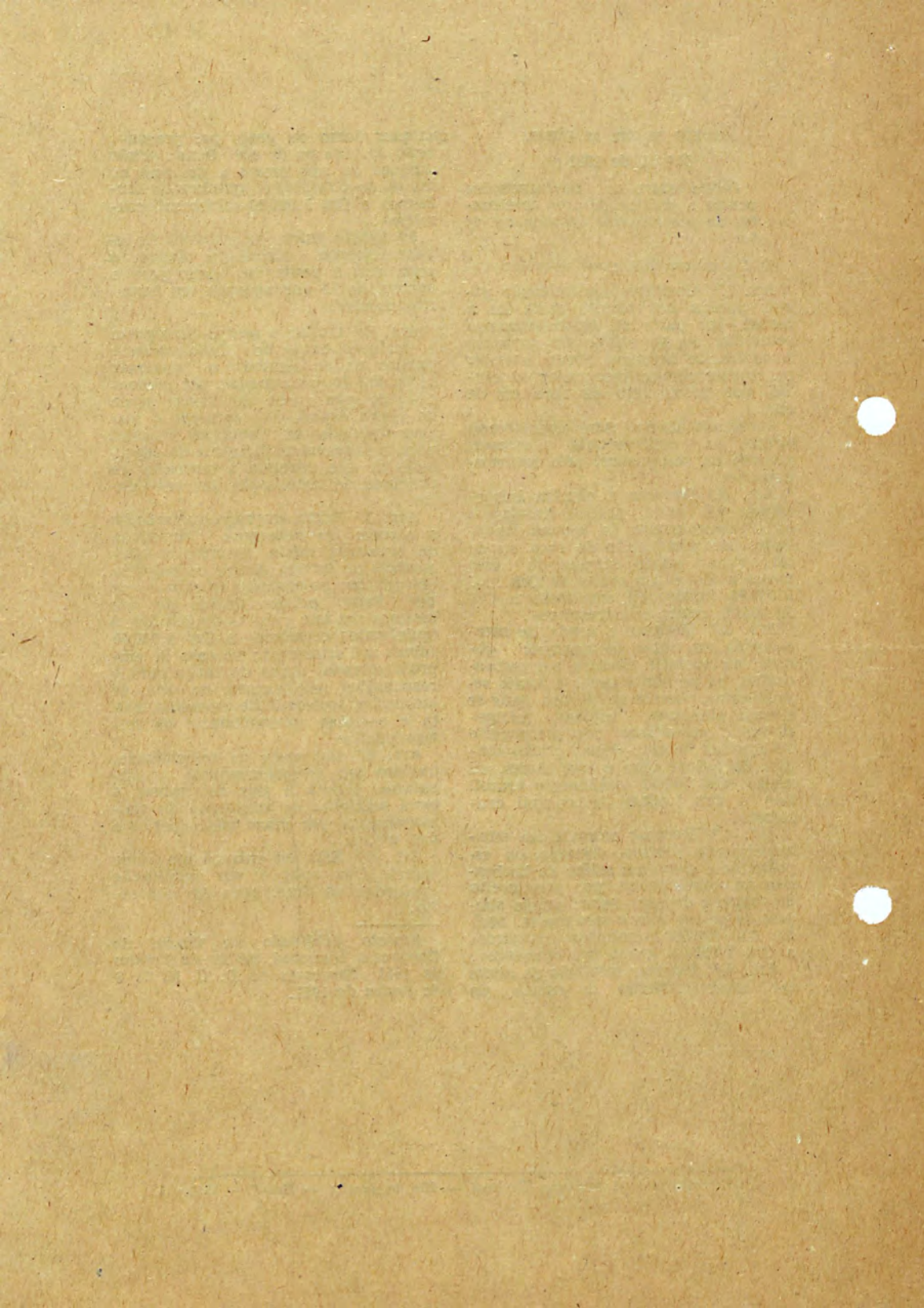
Art. 6.º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: perda do cargo depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros); no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Projeto publicado no Diário do Congresso Nacional, de 20 de janeiro de 1951; Pareceres no D. C. N. de 6 de junho de 1951.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda oferecida ao Projeto n.º 562, de 1950, quando em pauta, para ser encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça

Acrescente-se, imediatamente antes do art. 7.º:

Art. — “Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor:

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de

autarquia, sociedade de economia mista de empresa concessionária de serviço público”.

Sala das Sessões, 20 de julho de 1950. — *Afonso Arinos*.

Justificação

Trata-se de completar o sistema do projeto que tive oportunidade de apresentar sobre a matéria. A emenda preenche uma lacuna de que só me apercebi posteriormente.

Sala das Sessões, 20 de julho de 1950. — *Afonso Arinos*.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 562 — 1950

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor

Do Sr. Afonso Arinos

Art. 1.º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno por preconceito de raça ou de cor.

§ 1.º Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor:

Penal — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Art. 3.º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas por preconceito de raça ou de cor:

Penal — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 4.º — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor:

Penal — Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 5.º Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor:

Penal — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor:

Penal — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderão o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação.

ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950 — Afonso Arinos. — Café Filho. — Gabriel Passos. — Ruy Alcmeida. — Negreiros Falcão. — Antônio Silva. — Gil Soares. — Carvalho Neto. — Bias Fortes. — Mota Neto. — Raul Pila. — Flores da Cunha. — José Bonifácio. — Gilberto Freyre. — Gustavo Capanema.

Justificação

1 — Uma das manifestações mais chocantes de desrespeito aos direitos do homem e à dignidade da pessoa humana, que ainda se pode observar na época atual, é, sem o preconceito de raça ou de cor.

2 — A tese da superioridade física e intelectual de uma raça sobre outras, cara a certos escritores do século passado, como Gobineau, encontra-se hoje, definitivamente afastada, graças às novas investigações e conclusões da Antropologia, da Sociologia e da História. Ninguém sustenta, atualmente, a sério, que a pretendida inferioridade dos negros seja devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política, por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento político e a perseguição racial que há milênios atormentam esta velha nação.

3 — No Brasil, cientistas e escritores eminentes têm contribuído para o esclarecimento, em plano mundial, dos erros e injustiças decorrentes dos preconceitos de raça. Povo em grande parte mestiço, país de imigração, onde, além do mais, ainda existem selvícolas, é natural que os estudos de Antropologia Cultural e de Sociologia Racial se tenha desenvolvido consideravelmente.

4 — Urge, porém, que o Poder Legislativo adote as medidas convenientes, para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Governo. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão como simples declarações platônicas se a lei ordinária não lhe vier dar forças de regra obrigatória de direito.

5 — Por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe,

e com perigosa tendência a se ampliar.

A Constituição Federal, afirma que todos são iguais perante a lei (artigo 141, § 1.º); veda à União, aos Estados e aos Municípios criar distinções entre brasileiros, (art. 31 n.º 7); proíbe a propaganda de preconceitos de raça ou de cor (art. 141 n.º 5); e declara que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, (artigo 184).

No entanto é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em vários setores da administração.

6 — Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proíbam a entrada de negros nos seus recintos.

7 — Urge pôr paradeiro a tal estado de coisas, cuja agravação contribuirá para que se estabeleça, entre nós, uma verdadeira luta de raças, terrível problema em que se debatem desde a Independência os Estados Unidos da América, sem encontrar solução, apesar de todas as medidas tomadas a respeito, inclusive reformas da Constituição. Pode-se, mesmo, assegurar que a questão do negro nos Estados Unidos, graças à formidável influência internacional deste país, passou a ser um grave problema mundial da democracia.

8 — Estamos muito em tempo para corrigir, por meio de uma sábia política legislativa, os malefícios do preconceito de raça ou de cor que começa a tomar corpo entre nós, apesar das defesas constitucionais. Na verdade, não se considera, hoje, mais, a lei apenas como expressão de uma necessidade coletiva, ou, (segundo opinava a chamada Escola Histórica do Direito), como a fixação jurídica da evolução histórica de determinado povo. A lei é hoje, muitas vezes, um eficaz instrumento de antecipação e de orientação da evolução social, promovido pela razão moral e pelo iminente sentimento da Justiça. Nesses termos é que propomos a adoção do projeto, para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se de-

nuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas de país, com seguras e graves conseqüências para a paz social futura.

9 — Não creio seja necessário estender-me demasiado nesta justificação. As rápidas considerações que precedem são suficientes.

O Brasil inscreveu no texto da sua maior lei a repulsa ao preconceito de raça. As Nações Unidas, de que fazemos parte, adotaram idêntica atitude tanto no art. 16 da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", aprovada pela Assembléia Geral daquele organismo na sessão de 10 de dezembro de 1948, quanto em diversos arti-

gos da sua Carta, nos quais se assegura a todos os homens o gozo dos direitos e liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Nada justifica, pois, que contiemos disfarçadamente a fechar os olhos à prática de atos injustos de discriminação racial que a ciência condena, a justiça repele, a Constituição proíbe, e que podem conduzir a monstruosidade como os "pogrooms" hitleristas ou a situações insolúveis como a da grande massa negra norte-americana.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950. — *Afonso Arinos.* — *Ruy Almeida.*



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N. 21, de 1951

2 mil e 500,00 (cinco mil cru.)

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3.º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses, multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4.º Recusar entrada em estabelecimento público, diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros, por preconceito

de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses, multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5.º Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: perda do cargo depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00

(cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do fun-

cionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Projeto publicado no Diário do Congresso Nacional, de 20 de janeiro de 1951.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO

N.º 562-C — 1950

Redação final do Projeto de Lei n.º 562-B, de 1950, que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3.º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses. Multa: Cr\$ 500,00 (quinhentos) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4.º Recusar entrada em estabelecimento público, diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses. Multa: Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5.º Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Redação, 11 de dezembro de 1950. — *Thomás Fontes*, Presidente interino. — *Mário Piragibi*. — *Nicolau Vergueiro*. — *Orlando Brasil*.



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO
SEÇÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO

TERMO DE ARQUIVAMENTO

Projeto de Lei da Câmara

nº 21/1951-SF.

O presente documento com 35 folhas foi transferido da Seção de Arquivo de Proposições, nos termos do art. 98 do Regulamento do Senado Federal.

Subsecretaria de Arquivo,

26 de abril de 1977

Melena Isnard Sarres de Almeida

Melena Isnard Sarres de Almeida
Sub - Chefe da Seção de Arquivo Histórico

Está classificado e fichado. Submeto à consideração do Sr. Diretor, com as fichas inclusas, devidamente datilografadas.

Subsecretaria de Arquivo,

26 de abril de 1977

Lygia Abreu Alagomonte

Lygia Abreu Alagomonte
Chefe da Seção de Arquivo Histórico

ARQUIVE-SE

Em 26 / 4 / 1977

Isnard Sarres de A. Filho

Diretor do Arquivo

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100